

O segundo número da Pegada do ano de 2021 conta com um dossiê especial e publicação regular de artigos. No total são 19 artigos que serão publicados neste número da revista!

O primeiro artigo, de autoria de Marcelo Dornelis Carvalho, Marcela Oliveira Araújo e Adams Henrique Molon e intitulado “A reforma trabalhista de 2017 e as relações de trabalho do contrato intermitente: a rápida difusão do precariado formal”, analisa as implicações da adoção do trabalho intermitente com a Reforma trabalhista de 2017 e as consequências para o mercado de trabalho. A análise dos dados da CAGED em 2018 e 2019 revelou a rápida difusão da contratação de trabalho intermitente que ocorreu tanto em termos setoriais/ocupacionais, quanto municipais e significa uma flexibilização das formas de contratação com significativa precarização da relação de trabalho.

Wilson Araújo Pache de Sousa e Marcelino de Andrade Gonçalves, na segunda contribuição intitulada “Trabalhadores uberizados em Campo Grande-MS: uma aproximação”, abordam as modificações na forma de organização produtiva, ocasionadas pelo fordismo, toyotismo e pela *uberização* das relações de trabalho. Na pesquisa, entrevistaram 20 motoristas que trabalham oferecendo serviço de transporte de passageiros e verificou-se que a uberização resulta em precarização das relações de trabalho, carga horária elevada e sem quaisquer dos benefícios historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Já no terceiro artigo de título “Indústria automobilística brasileira: uma análise das principais transformações tecnológicas no sistema produtivo e seu impacto sobre o emprego”, que conta com a autoria de Priscila Gonçalves Vargas e Altacir Bunde analisou a evolução, principais mudanças tecnológicas no sistema produtivo das montadoras instaladas no Brasil e seu impacto sobre o emprego entre 1957 e 2018. Os autores identificaram que com a abertura comercial e a reestruturação produtiva, as indústrias automobilísticas passaram a adotar o sistema de produção toyotista, que também foi aperfeiçoando-se com a introdução dos sistemas JIT e Kanban. Estas transformações auxiliaram na redução dos custos e no aumento da produção e da produtividade do trabalho, o que impactou os níveis de emprego nas fábricas, pois o trabalho humano foi sendo substituído por máquinas.

No artigo intitulado “Bota, facão, camisola de dormir: capital, gênero e trabalho no espaço canavieiro de Sergipe, Brasil”, Victor de Souza Cardoso e Shiziele de Oliveira Shimada, debatem as relações gênero-trabalho e capital-trabalho na produção canavieira sergipana, historicamente desempenhada por homens. Observa-se que o desenvolvimento do processo de

pauperização do trabalho canavieiro, têm os piores efeitos para as mulheres. Nesse contexto, a expulsão de uma parte das trabalhadoras é uma realidade e, para as que ficam, resta a adaptação dos seus corpos ao imperativo do lucro do patrão.

Por fim, a quinta contribuição de autoria de Tiago Barreto Lima, Josefa de Lisboa Santos e Bruno Andrade Ribeiro com o título “O ardil do ardor: subordinação camponesa no agronegócio da pimenta”, sustenta que o agronegócio se baseia na expropriação e subordinação da terra e do trabalho. Desse modo, ao considerar os liames que o (des)envolvem, a análise objetiva entender os mecanismos de destituição da permanência de relações não-capitalistas, através da dominação de monopólios agroindustriais. O ponto de partida é o Perímetro Irrigado Piauí, no município de Lagarto, em Sergipe; em particular, as relações estabelecidas pelo Grupo Maratá, que reproduzem o ardil da subordinação na produção de pimenta. Desvela-se, na pesquisa, o ardor da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras como processo contraditório entre relações de produção e forças produtivas no atual contexto de crise.

Desejamos uma ótima leitura às nossas leitoras e leitores!

Fernando Mendonça Heck